



Celina acabou sendo o alvo de todos no debate

Celina vai aos debates, mas quer mudar as regras

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), que disputa a reeleição, sentiu na pele o que é o temor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do candidato do PL, Flávio Bolsonaro, sobre participar de debates eleitorais. Quem lidera torna-se alvo de todos os demais. Quem lidera e está no poder, mais ainda, porque todos os demais candidatos querem justamente se apresentar como um contraponto do governo que querem derrotar nas urnas. No domingo (9), no debate da Band entre os candidatos ao GDF foi o que aconteceu com Celina. Ela tornou-se alvo de todos. Ainda mais porque enfrenta um problema cabeludo: o BRB corre o risco de quebrar por conta desastrada operação de compra do Banco Master que foi feita na gestão de Ibaneis Rocha (MDB), que ela herdou. Celina reclamou que o formato do debate fez com que ela apanhasse de todos sem a devida chance de rebater.

Direitos de resposta indeferidos

Com o governo o tempo todo citado pelos adversários, Celina reclama que pediu vários direitos de resposta que acabaram indeferidos pela organização do debate. Ela se queixa de uma situação que, na avaliação da sua campanha, seria desproporcional: sofreu ataque de todos e só conseguia rebater nos seus próprios horários, quando já tinha de responder a outros questionamentos. Às vezes, precisava usar parte desse tempo para rebater algo dito por outro candidato que não o que a questionava.



Lula e Flávio cogitam fugir também dos debates

Governadora cogitou não participar mais

A situação levou-a a cogitar não ir mais a debates no primeiro turno. O Correio Político apurou, no entanto, que essa não será a sua posição final. Celina Leão irá aos próximos debates. Mas a sua equipe de campanha tentará estabelecer regras diferentes que permitam a ela responder com mais frequência os questionamentos que sofrer. E que fique entendido quanto ao direito de resposta que ele não deve abarcar somente ataques diretos à pessoa. Um ataque ao governo deve ser compreendido como um ataque a ela.

Lula: dilema parecido

O dilema é o mesmo do presidente Lula. Líder nas pesquisas e disputando a reeleição, Lula sabe que caso participe de um debate será alvo de todos os demais candidatos, que irão se unir para atacá-lo e para atacar seu governo. No caso de Lula, com um detalhe a mais com relação a Celina: todos os seus adversários estão mais próximos do campo da direita, contrários, portanto, às linhas gerais do seu governo.

Flávio

Flávio entra, então, num dilema paralelo. Tem dito que participa do debate se Lula também participar. O que deixa implícito que, no caso contrário, tende a não ir. E, no fundo, sua razão é a mesma. Sem Lula, Flávio sabe que ele é que será o foco dos ataques. Ele é o nome que os demais precisam tirar do segundo turno para disputar com Lula.

Pesos

Os candidatos que lideram e têm partidos maiores reclamam que os debates colocam todos os concorrentes no mesmo patamar, ao contrário dos modelos tradicionais de propaganda de TV, onde os partidos e coligações maiores têm mais tempo que os menores. Tornam-se, então, uma vitrine atraente para quem está atrás nas pesquisas.

Riscos maiores

Para quem está à frente, os riscos são bem maiores. O problema fica para o eleitor, porque o debate é o único espaço no qual o candidato não tem controle absoluto da situação. Para o eleitor compreender de fato o quanto cada candidato está preparado para governar e enfrentar adversidades, não há espaço melhor.

Obrigatório

Há até quem defenda que o debate deveria ser obrigatório. O problema é que há muitos debates previstos. Os candidatos reclamam dessa quantidade. Quem defende a obrigatoriedade, defende um modelo que existiu em algumas eleições no passado: que os debates deveriam ser transmitidos por um pool de veículos.

Em pool

O debate no segundo turno na primeira eleição presidencial em 1989 foi transmitido por um pool das emissoras de TV. Há quem defenda que se deveria pensar em um modelo parecido e até mais formal. Uma organização da Justiça Eleitoral que viesse a ser transmitido em cadeia. Um no primeiro turno e um no segundo turno.

FHC

O TSE estabeleceria as regras, tanto sobre quem participaria quanto com relação à forma. Mas a questão da fuga dos debates não é nova. Se deu pela primeira vez em 1998. Candidato à reeleição, Fernando Henrique Cardoso resolveu não ir aos debates, e eles acabaram não acontecendo. FHC foi reeleito no primeiro turno.



Pedido ocorre após o avanço das apostas no país

TCU apura uso de R\$ 5,7 bilhões de dinheiro esquecido

Valor está sendo usado pelo governo para custear o Desenrola 2.0

Por **Beatriz Matos**

O uso de R\$ 5,7 bilhões em valores esquecidos por clientes de instituições financeiras para garantir operações do Novo Desenrola Brasil abriu uma controvérsia sobre as contas públicas. O dinheiro foi transferido diretamente ao Fundo Garantidor de Operações (FGO), sem passar pelo Orçamento da União, e o modelo entrou no radar do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os recursos estavam no Sistema de Valores a Receber (SVR), do Banco Central, e pertenciam originalmente a pessoas físicas e empresas. A legislação previa que valores não resgatados fossem incorporados ao Tesouro como receita orçamentária primária. Uma medida provisória editada para o novo Desenrola alterou esse caminho e permitiu a transferência direta ao FGO.

Para Renan Silva, economista e professor do Ibmecc Brasília, esse é o centro da discussão. “A MP do Desenrola 2.0 revogou esse trecho, permitindo que os valores fossem transferidos diretamente das instituições financeiras para o FGO, sem trânsito pelo Orçamento. Como as medidas provisórias têm força de lei

imediate, a operação está amparada juridicamente — mas está sujeita à confirmação pelo Congresso Nacional, que poderá alterá-la ou rejeitá-la.”

A diferença não é apenas contábil. Se o dinheiro passasse pelo orçamento, a receita seria registrada nas contas públicas e o aporte ao FGO teria de seguir as regras aplicáveis às despesas primárias. Com a transferência direta, os R\$ 5,7 bilhões não consomem da mesma forma o espaço permitido para gastos pelo arcabouço fiscal.

“Na prática, foi exatamente isso que o governo fez, ou seja, as instituições financeiras transferiram os recursos não resgatados diretamente ao FGO, mas a legalidade disso é o próprio objeto da investigação”, afirma Beny Fard, analista geopolítico e econômico e sócio da consultoria Segundo Minuto.

Segundo Beny Fard, caso o montante fosse formalmente incluído nas contas oficiais, haveria impacto no espaço fiscal disponível.

A Fazenda defende que o dinheiro mantém natureza privada mesmo após a transferência ao FGO. A controvérsia está justamente nesse ponto: se valores originalmente privados podem continuar com essa classificação.